



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

NOTAS REFLEXIVAS ACERCA DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA¹

Resumo: Este texto tem como propósito realizar um debate a partir de alguns elementos que particularizam os fundamentos do Serviço Social no contexto brasileiro. Recupera aspectos do processo de institucionalização da profissão e da aquisição de seu estatuto profissional no marco da era dos monopólios. Para tanto, evidencia dados da história do seu desenvolvimento no Brasil, destacando sua direção social construída, sobremaneira a partir da década de 1990, após interlocução com a teoria marxista. Por fim, apresenta as contribuições deste legado, calcado na perspectiva crítico-dialética, para a organização política da categoria.

Palavras-chave: Serviço Social; Fundamentos; Projeto Ético-Político; Organização Política.

Resumen: Este texto tiene como propósito realizar un debate a partir de algunos elementos que caracterizan los fundamentos del Trabajo Social en el contexto brasileño. Recupera aspectos del proceso de institucionalización de la profesión y de la adquisición de su estatuto profesional en el marco de la era de los monopolios. Para ello, evidencia datos de la historia de su desarrollo en Brasil, destacando su dirección social construida, sobremanera a partir de la década de 1990, tras interlocución con la teoría marxista. Por último, presenta las contribuciones de este legado, calcado en la perspectiva crítico-dialéctica, para la organización política de la categoría.

Palabras clave: Trabajo Social; Fundaciones; Proyecto Ético-Político; Organización Política.

1. INTRODUÇÃO

A história do Serviço Social brasileiro vem sendo escrita há muitas mãos e há longas datas. Durante seus 80 anos de história, esta profissão vem engendrando movimentos de lutas e resistências coletivas e construindo novas bases de legitimação, cuja direção sociopolítica construída a partir da década de 1990, está assentada na tradição marxista e afirmada em valores

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <taleswf@live.com>

emancipatórios, classistas e anticapitalistas – que apontam para um projeto societário socialista.

Nesse sentido, importa-nos refletir acerca do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, em seu movimento histórico e teórico na sociedade brasileira contemporânea, bem como acerca de como se deu seu estatuto de profissionalidade no marco da era dos monopólios e da inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho como expressão do trabalho coletivo.

Ademais, recuperar aspectos da gênese e do desenvolvimento da profissão no Brasil, evidenciando seus marcos de fundamentação, e também como se engendrou seu processo histórico de construção de outras bases de legitimação da sua direção social, calcada na perspectiva crítico dialética de Marx, nos convida a revisitar nossa história e se estabelece enquanto um contributo para o fortalecimento da direção ético-política hegemônica. É neste compromisso político que, nos limites do presente artigo, buscamos explicitar o significado social da profissão articuladamente com as lutas e resistências historicamente travadas nesta sociedade de lutas de classes.

2. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DAS PROTOFORMAS À EMANCIPAÇÃO

Como já conhecido por nós, a gênese do Serviço Social no Brasil traz consigo, imbricada e fundamentalmente, elementos particularizados de uma herança conservadora, os quais evidenciam que suas protoformas foram essencialmente atreladas ao bojo da igreja católica, através de ações de caridade, e em articulação com o Estado e a burguesia.

É necessário, contudo, evidenciar que Netto (2001), aponta que a análise da constituição da profissão enquanto produto de continuidade do processo de “organização da filantropia”, da continuação de suas protoformas, expressa-se débil por apresentar uma visão mecanicista e, sobretudo, pela

insuficiência em dar conta do debate central que diz respeito ao fundamento que legitima o estatuto de profissionalidade do Serviço Social.

Para Netto (2001), o que torna o Serviço Social profissão, não é seu conjunto de saber, mas antes, as respostas que dá na divisão social e técnica do trabalho.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e de sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle [...] precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam. (NETTO, 2001, p. 71-72, *grifos do autor*).

Deste modo, a garantia do estatuto de sua profissionalidade é condicionado às atividades de intervenção de seus agentes na realidade social. Assim, para se profissionalizar, o Serviço Social irá buscar a todo o momento a ruptura com suas protoformas, pois o fato da profissão se desenvolver, conquistar legitimidade na divisão social e técnica do trabalho, não significa que tenha rompido definitivamente com as protoformas que lhe originou.

Netto (2001) alude ser inegável que haja uma relação de continuidade entre a profissão e suas formas filantrópicas e assistenciais, pois:

[...] de um lado compreende um universo ideológico-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo – ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. (NETTO, 2001, p. 70-71).

Por estes elementos e, por existir a igreja católica que enquanto instituição desempenha papel crucial nos dois âmbitos (Netto, 2001), tal marca da continuidade da profissão com suas protoformas, adquire caráter preponderante.

O autor supracitado menciona que as implicações de tal fato, afetam medularmente o Serviço Social e que escamotear essa realidade em nada contribui para a compreensão da profissão; mas elucida, contudo, que apesar de explicável, esta relação de continuidade não fornece as evidências para o entendimento da sua profissionalização.

De uma parte, ela se explica porque um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre a sociedade ou da intervenção sobre os processos sociais, não se cria a partir do nada. A constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam. De outra, porque, na sequência, quando se conformam as referências e práticas próprias do novo agente, estas nem sempre implicam a supressão quer do *background* ideal, quer dos suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo. No caso particular do Serviço Social, este processo ocorreu exemplarmente, de modo que a relação de continuidade manifestou-se com invulgar clareza, criando, para observadores pouco atentos, a ilusão de se estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um mero desenvolvimento imanente. (NETTO, 2001, p. 71).

Desta forma, para não apreendermos tal processo sob uma perspectiva mecanicista e linear, é importante refletir acerca da pluralidade de perspectivas presente no âmago profissional, pois “a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma *relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão” (NETTO, 2001, p. 71).

O pluralismo – que hoje inclusive se coloca enquanto um princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (1993), se constituindo enquanto um elemento fortemente presente em debates da categoria – se apresenta no seio profissional desde o processo de renovação da profissão. Destarte, longe de possuir uma homogeneidade, tal movimento se expressou, de acordo com Netto (2010), em três vertentes: vertente modernizadora, vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura. Tendências profissionais estas que estão vinculadas diretamente a projetos

societários distintos e que, não obstante, disputam hegemonia dentro da profissão.

Por isso, faz-se importante ressaltar, com base em Paulo Netto (1999), que todo corpo profissional é um campo de tensão e luta e que, até mesmo dentro de um coletivo que objetiva e luta por um mesmo horizonte estratégico, isto não o isenta das disputas e contradições em seu interior. Nesse sentido, entendemos que a disputa de ideias está intrinsecamente ligada à questão do pluralismo, o qual está presente nos diversos tecidos da vida social.

O pluralismo está presente em todas nossas relações cotidianas, pois a relação com o diverso faz parte e compõe a totalidade social. Concordamos com Paulo Netto (1999, p. 6) quando traz que “[...] o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado.” Sendo assim, precisamos entendê-lo enquanto um fenômeno da vida social, o qual perpassa todas as esferas da vida material. Todavia, seguindo nesta linha de argumentação, o autor supracitado elucida que:

[...] este respeito não deve ser confundido com uma tolerância liberal para o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (PAULO NETTO, 1999, p. 6).

Assim sendo, o respeito ao pluralismo não implica a ausência de debates, tampouco um processo de relativismo, mas antes, pressupõe um confronto de ideias respeitoso, em que através desta discussão com o diferente, também podemos afinar nossas verdades. (COUTINHO, 1991).

Considerando, portanto, que no processo de profissionalização do Serviço Social a relação de continuidade coexiste com a relação de ruptura com suas protoformas, conforme aprioristicamente mencionado, o que vai abrir a possibilidade histórica de empreender seu estatuto enquanto profissão é o fato de sua inserção no mercado de trabalho, sob a égide do assalariamento. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (1995, p. 71), uma profissão, portanto,

5

“configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”.

É desta forma, pois, que o Serviço Social redireciona a condição de seus agentes, uma vez que estes passam a não precisar mais subordinar-se aos ditames das agências de caridade. São essas mudanças que possibilitam que o Serviço Social adquira um novo lugar no contexto da reprodução das relações sociais.

[...] o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a *condição do agente e o significado social da sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa *relação de assalariamento* e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da força de trabalho). (NETTO, 2001, p. 72).

Desta maneira, a profissão adquire um significado social intrinsecamente vinculada na trama da sociabilidade capitalista, pois passa a situar-se enquanto participe do processo de reprodução das relações sociais, ou seja, insere-se neste contexto contraditório das relações de classes (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995).

Ao mencionar que o Serviço Social situa-se enquanto profissão que participa do processo de reprodução das relações sociais, não se trata apenas de reprodução no campo da materialidade, mas sim,

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 72).

É por isso que a reprodução das relações sociais, precisa ser apreendida numa perspectiva de totalidade, num processo de reprodução da vida social, que incide no modo de reprodução da vida cotidiana, em todas as

dimensões. Nesta direção, é preciso lembrar que o Serviço Social é um produto sócio-histórico. Surge no contexto da sociabilidade burguesa, mais precisamente na era dos monopólios, para dar respostas às mais diversificadas expressões da questão social.

Destarte, é a demanda pelo atendimento a estas necessidades, que justifica e necessita da existência da profissão e não o contrário. Assim, “é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.” (NETTO, 2001, p. 73).

Infere-se, portanto e contraditoriamente, chamar atenção para três elementos: i) o Serviço Social é fruto da própria emersão e constituição da sociabilidade burguesa na ordem dos monopólios sendo, pois, um produto sócio-histórico; ii) apenas adquire seu estatuto de profissionalidade quando rompe com as protoformas que lhe originou e; iii) a profissão tem, na contemporaneidade, a partir da direção sociopolítica que construiu nas últimas décadas, o compromisso de contribuir com a destruição da base que a fundou e lhe sustenta: a sociedade capitalista.

Considerando o processo de maturidade ética, teórica e política que a profissão construiu historicamente, assentada na tradição marxista e na clareza sobre qual lado devemos estar na luta de classes, a direção social que o Serviço Social brasileiro expressa hegemonicamente nos dias de hoje, é um legado que deve ser preservado e fortalecido cotidianamente. Nas palavras de Mota (2016, p. 167):

Este processo tem filiação teórico-metodológica com matriz marxiana e plasma uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão, possibilitando o surgimento de uma cultura e ideologia profissionais de esquerda que, dialeticamente, negam as investidas do já conhecido conservadorismo burguês.

Por isso, é verdadeiro dizer que a história do Serviço Social no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas e resistências na busca pela construção de bases de sustentação que contrapõem sua gênese – a qual traz consigo elementos de uma herança conservadora, evidenciando a relação de sua origem essencialmente atrelada ao bojo da igreja católica, através de ações de caridade, e em articulação com o Estado e a burguesia.

Assim, a partir da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo, a categoria profissional, através da interlocução com a teoria marxista, compreende seu compromisso profissional com o conjunto mais geral da classe trabalhadora e que o trabalho profissional deve ser direcionado à construção de mediações que possibilitem apontar para a superação da ordem do capital.

Neste âmbito, é imprescindível entender o terreno contraditório em que a profissão está situada, pois responde tanto as demandas do capital quanto as do trabalho. Em outras palavras: é convocada pelo Estado burguês para dar respostas às diversas expressões da Questão Social e, nesta mesma atividade, também atende, contraditoriamente, aos interesses da classe trabalhadora. A profissão responde, deste modo,

[...] tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75, grifos dos autores).

É por isso que o trabalho profissional do/a Assistente Social é cotidianamente polarizado pelos interesses do capital e do trabalho. A compreensão deste elemento eminentemente contraditório, que funda a constituição da profissão no Brasil, é determinante para o estabelecimento de mediações que possibilitem apreender esses processos e criar estratégias para fortalecer a luta pelos interesses dos/as trabalhadores/as.

É com esta nitidez, com perspectiva de totalidade de análise da sociedade, com a compreensão crítica acerca das contradições estruturantes do modo de produção capitalista, que precisamos nos referenciar para compreender o lugar social que a profissão ocupa e qual nosso papel na luta de classes, haja vista que na luta de classes não há empate e nossa escolha é a resistência (cotidiana)!²

A partir desse “salto ontológico” da profissão, por compreender a necessidade de fortalecer a luta pelos interesses do conjunto mais geral dos/as trabalhadores/as, foi possível a edificação de um projeto coletivo para o Serviço Social – o qual denominamos de Ético-Político –, e cuja direção é muito nítida em defesa da construção de outra ordem societária, radicalmente oposta à do capital.

Para Abramides:

A origem do *Projeto Ético-Político Profissional*, concebido nos anos 90, e sua **direção sociopolítica** deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses imediatos [...], acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos seus interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista. (ABRAMIDES, 2006, p. 28, grifos da autora).

Tal projeto é fruto de um processo coletivo e histórico de lutas de todo conjunto de profissionais Assistentes Sociais no exercício da docência e no campo, bem como do segmento estudantil pela construção de hegemonia no interior da profissão e possui uma direção – a qual deve ser objeto de permanente defesa, uma vez que se trata de um legado do Serviço Social no Brasil.

Nesse sentido, todo o legado construído pelo Serviço Social nas últimas décadas, possibilitou que este conquistasse uma histórica e reconhecida legitimidade em diversos âmbitos, dentre os quais, acadêmico. É nesta direção

² Aqui fazemos alusão às campanhas do conjunto CFESS/CRESS ao dia do/a Assistente Social: no ano de 2017 intitulada “Na luta de classes não há empate!” e no ano de 2018, nomeada de “Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!”.

que, para Mota (2016), o Serviço Social não é apenas uma profissão, mas expressa-se também, como uma área de produção do conhecimento, pois

Suas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual são responsáveis por um acervo de conhecimentos e socialização de princípios e ideias que, ante o espraiamento do pensamento pós-moderno, pragmático e conservador no âmbito das ciências sociais, apresenta-se como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico. (MOTA, 2016, p. 173).

Desta forma, tal concepção nos possibilita superar a compreensão reducionista da profissão apenas enquanto uma intervenção imediata na realidade, mas também enquanto uma intervenção mediata (Mota, 2016). Tal compreensão, abre possibilidades para um novo olhar à profissão e, não obstante, também a coloca em um lugar de maior reconhecimento e legitimidade acadêmica.

[...] enquanto produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, por sua vez, além de se fazer referenciar por essa produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de programas, políticas e projetos sociais. (MOTA, 2016, p. 174).

Eis, pois, que não se trata de uma divisão entre “os que pensam e os que fazem”; o argumento sustentado por Mota (2016) é que existe uma unidade entre essas dimensões, mas isso não significa identidade, haja vista as distinções que se colocam entre o campo da formulação intelectual e o da atuação prático-operativa propriamente dita.

Nesse sentido, endosso a inexistência de hierarquias ou dicotomias na relação entre a produção de conhecimento e o exercício profissional. Desse modo, não forneço a ‘arma da crítica’ aos conservadores que alegam ser o pensamento crítico, de filiação marxiana, incompatível com os desígnios operativos do Serviço Social. (MOTA, 2016, p. 174).

Nesta linha de argumentação, a autora alude ser um grande desacerto reduzir o Serviço Social apenas a uma condição de uma prática que objetiva intervir na realidade social, voltada segmentadamente à construção de

10

sistematizações empíricas baseadas nos objetos de atuação. Tal evento condiciona, inquestionavelmente, a profissão à atualização da tese do sincretismo aludida por Netto (2001), enquanto uma prática indiferenciada.

Para Netto (2001), o sincretismo³ se coloca enquanto elemento estruturante do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão, sendo seu princípio constitutivo, e expressa-se nas diversas formas de manifestações da prática profissional, haja vista que esta supõe a manipulação de variáveis empíricas para sua legitimidade.

Nas palavras de Souza (2014, p. 538):

A captação da estrutura sincrética do Serviço Social sincrética do Serviço Social diz respeito à compreensão da marca nativa de seu processo de gênese histórica e institucionalização. Por esse motivo, o Serviço Social, tomado como sistema sincrético, equivale à explicitação de um traço singular de sua profissionalização. A tese do sincretismo foi originalmente pensada para refletir a ossatura teórico-prática do Serviço Social das suas origens aos anos 1960.

Assim, ainda que neste texto não seja abordadas com profundidade questões relacionadas ao debate do sincretismo do Serviço Social, importa-nos situar tais brevíssimos elementos para evidenciar a relação da profissão com a tese da estrutura sincrética, inaugurada por José Paulo Netto em sua obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”.

Por isso, de acordo com Mota (2016), não reconhecer o Serviço Social como área do conhecimento, bem como sua contribuição no campo ideológico e de formação crítica – dada toda sua trajetória de luta e resistência engendrada em solo brasileiro, calcado na tradição marxista, que possibilitou legitimidade também no âmbito acadêmico – indubitavelmente leva à concepção de que a produção intelectual poder-se-ia, numa tendência mecanicista e de matriz positivista, ser aplicada direta e imediatamente na realidade.

Afora os desafios práticos operativos que se revelam, muitas vezes, sob formas de obstáculos e desalento profissional traduzidas nas

³ Para maior aprofundamento, ver Netto (2001).

precárias condições de trabalho profissional, impõe-se fortalecer o atual lugar que o Serviço Social ocupa no espectro político-profissional e, principalmente, na produção intelectual no campo das ciências sociais, sob pena de reproduzirmos as práticas empiricistas, sincréticas e imediatistas, confrontadas pelas vanguardas profissionais e cuja herança encontra adeptos, que apoiados em outras teorias, metodologias e ideologias, disputam projetos societários e profissionais. (MOTA; AMARAL, 2014, p. 38).

Nesta direção, a história de luta, resistência, construção política e legitimidade acadêmica que o Serviço Social brasileiro vem construindo há longas datas e por muitas mãos, tem possibilitado a esta profissão engendrar movimentos coletivos assentados em valores que apontam para um projeto de sociabilidade que não seja o do capital. É assim que a direção social expressa no Projeto Ético-Político profissional se coloca como um legado que precisa ser defendido pelo conjunto de todos/as aqueles/as que acreditam nesta direção emancipatória da profissão.

3. PROJETO PROFISSIONAL E DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA

Para Netto (1999), a base estruturante desse Projeto Ético-Político (PEP) se assenta no processo de recusa e crítica ao conservadorismo na profissão. Tal projeto também expressa uma direção de projeto societário a ser construído. Ou seja: um projeto profissional é também um projeto coletivo. Todo projeto coletivo aponta pra determinado projeto de sociedade, pois expressa uma concepção ideopolítica, uma vez que apresenta uma imagem de sociedade a ser construída. Os valores que determinados projetos carregam, podem apontar para “a construção de uma nova ordem social, ou, num polo oposto, para a manutenção do modo de produção operante” (CAPUTI & FORNAZIER MOREIRA, 2016, p. 100).

Por isso, todo projeto profissional traz consigo suas características e valores, visto que, conforme aludido por Netto (1999), delimitam e priorizam

seus objetivos e funções, formula os pressupostos para o exercício profissional, estabelece a direção da relação com usuários/as e serviços, instituições, outras profissões, etc. Em outras palavras: todo projeto profissional espelha a perspectiva teórica, ética, ideológica e política de determinada profissão.

Em se tratando do PEP, a direção explicitada é muito nítida:

ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 16).

Desta forma, evidencia qual a direção da luta que a profissão deve trilhar. É com base nesse horizonte estratégico que nos últimos anos, a categoria de Assistentes Sociais brasileiros/as tem construído, com base no legado marxiano, uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que apreende com radicalidade o entendimento que nos remete à compreensão da necessidade da luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.

Por isso, em concordância com Abramides (2006), entendemos que esta compreensão da direção social estratégica a ser buscada/construída permanentemente, nos convoca à luta pelo fim da exploração econômica, de qualquer opressão de classe, gênero, raça e etnia, o que exige atrelar necessariamente a luta anticapitalista à luta pela construção do socialismo.

Vale ressaltar que este projeto de ruptura com o conservadorismo na profissão e direcionado à superação do modo de produção capitalista, possui algumas características centrais, a saber:

a) a perspectiva de análise sob angulação da totalidade da vida social; b) a compreensão da profissão na divisão sociotécnica do trabalho; c) o significado social da profissão no processo de reprodução da força de trabalho; d) o legado marxiano e a tradição marxista como referenciais teóricos de análise, interpretação e transformação radical da sociedade de classes e que conformam a

direção sociopolítica do projeto profissional (ABRAMIDES, 2006, p. 118, grifos da autora).

Eis, pois, que tais elementos se colocam como basilares para a profissão construir bases de legitimação, ancoradas numa direção sociopolítica que também confere a um projeto de sociedade, antagônico ao do capital. Isto é: uma sociedade livre, emancipada e fraterna.

Neste sentido é que a dimensão político-organizativa do projeto profissional adquire lugar de grande importância no âmago profissional. De acordo com Teixeira e Braz (2009), um dos elementos que garantem a materialidade do PEP é esta dimensão. Na compreensão dos/as autores, há os componentes que objetivam os elementos constitutivos do projeto: i) produção do conhecimento no interior do Serviço social; ii) as instâncias político-organizativas da profissão; e iii) a dimensão jurídico-política.

A despeito das instâncias político-organizativas, estas referem-se aos fóruns de deliberação das entidades que compõe a profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), bem como associações profissionais, organizações sindicais. São nestes espaços políticos-organizativos que “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (TEIXEIRA & BRAZ, 2009, p. 8).

Nesse sentido, tal dimensão é fundamental e determinante para garantir (ou não) a continuidade da direção sócio-política (Abramides, 2006) construída nas últimas décadas pelo Serviço Social brasileiro.

Considerando que temos um projeto emancipatório de profissão e que aponta para um projeto societário, o que nos compete é refletir acerca de como nosso projeto de profissão se vincula a este projeto societário antagônico ao do capital e construir mediações para seu fortalecimento, bem como sobre a necessidade da organização política e coletiva da categoria, por esta ser uma das dimensões constituintes do PEP. Nesse sentido,

A ***direção sociopolítica*** estratégica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar ***pela consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo.*** (ABRAMIDES, 2006, p. 32, grifos da autora).

Por isso, a articulação da categoria com o conjunto de lutas sociais que se colocam na contramão do capital e que tenham como horizonte estratégico a construção de uma ordem socialista, é imperioso.

4. CONCLUSÃO

Como aludido no decorrer do texto, a história do Serviço Social brasileiro é uma história de lutas, resistências, rebeldia e ousadia na direção de construção de novas bases de legitimação pra profissão. Tal direção, só foi possível se consolidar pelo movimento e protagonismo coletivo de todos sujeitos envolvidos na busca incessante de outras referências para o Serviço Social. O grande “salto ontológico” da profissão, no Brasil, foi a interlocução com a teoria marxista a partir da década de 1980. A partir dessa aproximação, foi-se construindo coletivamente as bases desta direção hegemônica do PEP, que se estrutura na negação e recusa do conservadorismo (NETTO, 1999).

Ainda que a profissão tenha alcançado seu estatuto de profissionalidade no bojo das tramas contraditórias da sociedade capitalista, que incida diretamente no âmbito da reprodução das relações sociais e que, numa mesma atividade, atende tanto os interesses do trabalho quanto aos do capital, a trajetória de lutas do Serviço Social brasileiro, sua maturidade teórica, política, ética possibilita que os/as profissionais tenham condições de apreender os processos contraditórios do modo de produção operante e a nitidez necessária

para seguir trilhando sonhos e caminhos possíveis, desbravando horizontes e superando coletivamente os desafios.

Assim, com a certeza da necessidade da luta coletiva em tempos desafiadores e angustiantes, com a clareza da necessidade de fortalecer a luta intransigente pela direção sociopolítica construída pela profissão em solo brasileiro, entendemos que temos responsabilidade ética e política com o legado construído pelo Serviço Social nas últimas décadas e que é tarefa imperativa de todos/as que acreditam neste projeto emancipatório de profissão fortalecê-lo. Por isso, entendendo que a história é dinâmica e que, calcado no movimento do real, sempre há possibilidades de (re)escrever esta história, acreditamos que:

[...]
Enganam-se os que crêem
que as estrelas nascem prontas.
São antes explosão
brilho e ardência
imprecisas e virulentas
herdeiras do caos
furacão na alma
calma na aparência.
Enganadoras aparências...

[...]
Os que amam as estrelas puras
tão precisamente desenhadas

fazem para si mesmos
estrelas finamente acabadas.

Tão perfeitas e irreais
que não brilham por si mesmas
nem se sustentam fora das bandeiras
e do branco firmamento dos papéis.
Assim se constroem estrelas puras
sem os riscos de verrugas.

(Mauro Iasi, em *Sobre o Ofício de
Construir Estrelas e os Riscos das
Verrugas*)

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 32, p. 97-121, jul./dez. 2016.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, 1991.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: _____. **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelezas e desafios. Recife: UFPE, 2014. p. 23-43.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistência e de lutas contra o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-182.

PAULO NETTO, J. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1999. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. >. Acesso em: 9 jun. 2018.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, J. M. A. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 119, p. 531-559, jul./set. 2014.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.